



Reforma agrária, economia popular e solidária e desenvolvimento local solidário: uma relação dialógica

Agrarian reform, popular and solidary economy and solidary local development: a dialogical relationship

José Roberto Silva de Souza* , José Raimundo de Oliveira Lima 

Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana,
Feira de Santana, Ba, Brasil.

*E-mail: zeraimundo@uefs.br

E-mail para correspondência: zerobertouefs@gmail.com

Recebido (Received): 26/07/2022

Aceito (Accepted): 02/10/2023

Resumo: O objetivo desta pesquisa é apontar elementos da organização política-educativa-socioeconômica do acampamento Estrela Vive, pertencente ao Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Feira de Santana - BA. O acampamento demonstra características alinhadas à Economia Popular e Solidária e ao Desenvolvimento Local Solidário em todas as suas dimensões organizativas. A metodologia utilizada fundamentou-se na pesquisa-ação, cuja dinâmica nos deu as linhas gerais de abordagem. Com efeito, infere-se como resultado uma relação dialógica entre o processo de construção em que se constitui a reforma agrária sob o prisma do MST, e como ela se articula com os elementos característicos da Economia Popular e Solidária, tais como o associativismo e o cooperativismo, cuja perspectiva de desenvolvimento trata do desenvolvimento pessoal, coletivo, comunitário, ou seja, do Desenvolvimento Local Solidário.

Palavras-chave: Economia popular solidária; Desenvolvimento local solidário; MST.

Abstract: *The objective of this research is to point out elements of the socio-economic-educational-policy organization of the Estrela Vive camp, belonging to the Movement of Rural Landless Workers (MST), in the municipality of Feira de Santana. The camp demonstrates characteristics aligned with Popular and Solidarity Economy and local solidary development. The methodology used is based on action research, whose dynamics will give us general lines of approach. In effect, it is inferred as a result a dialogical relationship between the construction process in which agrarian reform is constituted under the prism of the MST, and how it articulates with the characteristic elements of the popular and solidary economy, such as associativism, the cooperativism, whose development perspective deals with personal, collective, community development, that is, local solidary development in all its organizational dimensions.*

Keywords: *Popular and solidary economy; Solidary local development; MST.*

1. Introdução

A humanidade enfrentou a pandemia do Covid-19, um vírus que nos impôs o isolamento social e o uso de máscaras dentre outras posturas necessárias para combatê-lo. Vacinas foram desenvolvidas e aplicadas num esforço de reduzir as mortes e sequelas deixadas por este que se revelou um risco à vida dos seres humanos. Por mais que tenhamos vacinas que se revelaram altamente eficientes, os especialistas da área de saúde enfatizam que alguns cuidados ainda são necessários, haja vista a letalidade do vírus e sua capacidade de afetar a saúde humana. No Brasil, somou-se às dificuldades de enfrentar o vírus, o governo de Jair Messias Bolsonaro que, durante a fase mais letal do vírus, ignorando as orientações dos especialistas, promoveu aglomerações, foi contra o uso de vacinas e incentivou o consumo de remédios comprovadamente ineficientes contra o vírus.

A pandemia ampliou a miséria e aumentou o número de ricos no planeta, e no Brasil o quadro não foi diferente: a quantidade de bilionários aumentou e, conseqüentemente, a quantidade de pobres se ampliou. Os pobres, que já tinham uma sobrevivência difícil, passaram a conviver com a insegurança alimentar e a falta de moradia, dentre outras privações. Nesse contexto, de acordo com o relatório da OXFAM (2021), em todo o mundo, a riqueza dos bilionários aumentou em impressionantes US\$3,9 trilhões entre 18 de março e 31 de

dezembro de 2020, enquanto estima-se que o total de pessoas vivendo na pobreza pode ter aumentado entre 200 milhões e 500 milhões no mesmo ano.

Nunca nos últimos anos foi tão necessário praticar a solidariedade. Diversas áreas sofreram: indústrias, empresas e comércios faliram. Houve alta do desemprego e fome. Só mesmo práticas solidárias puderam apontar soluções para os graves problemas decorrentes da pandemia. Diante desse contexto, tornou-se necessário discutirmos sobre práticas de outras formas de economia fora do modelo capitalista para inspirarmos novas ações que, principalmente, apontem soluções emergenciais em tempos de crises inusitadas. Cada vez mais observa-se que é preciso produzir para viver os caminhos de uma produção não capitalista (SINGER, 2002b).

Assim, este trabalho apresenta um exemplo de como outras formas econômicas revelaram sua importância, notadamente, em momentos sem precedentes como os que vivemos nos últimos três anos (2019-2022). Este trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado profissional em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (PLANTERR-UEFS), submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com apoio estrutural, didático, pedagógico e bibliográfico da Incubadora de Economia Popular e Solidária da UEFS, IEPS/UEFS. A pesquisa foi desenvolvida no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Feira de Santana, na Bahia. A ocupação está localizada em um imóvel rural pertencente ao Estado da Bahia, local onde os trabalhadores e trabalhadoras se encontram desde o ano de 2010. A Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS de algum modo, desde essa data, desenvolve pesquisa-ação na referida comunidade.

Sobre a temática em questão, desenvolvemos, no âmbito dos Programas de Pesquisa da referida universidade, os trabalhos “Impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): uma análise comparativa entre a realidade do assentamento Salete Strozak (Guiratinga - MT) e a dos produtores familiares de Feira de Santana – BA, 2015 a 2016” e “Conhecendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): uma análise comparativa entre a realidade do assentamento Salete Strozak (Guiratinga - MT) e a dos pequenos agricultores de Feira de Santana – BA, 2016 a 2017”. Dentro do acampamento, existe uma forma de organização baseada em grupos familiares nos quais cada sujeito tem o compromisso de participar de equipes que, coletivamente, tratam de assuntos relacionados à saúde, à produção, à educação e à infraestrutura do acampamento. Além do mais, os acampados cuidam das finanças da associação, dentre outras necessidades que possam aparecer. Os acampados têm processo organizativo próprio, de protagonismo orgânico, por vezes articulado ou acompanhado pela relação universidade/sociedade, seja na perspectiva da pesquisa ou da extensão.

Do ponto de vista político-socioeconômico, em se tratando de uma política de distribuição de terras, a reforma agrária pode ser um instrumento que possibilita uma mudança social, e quando apontamos como referência a luta pela terra organizada pelo MST, entendemos que o movimento pretende promover um modelo de desenvolvimento que foge aos padrões de exploração capitalista, caminhando, por vezes, para a perspectiva de uma “outra economia” (LIMA, 2016) cujas características são de uma economia plural e não exclusivamente de mercado. Com efeito, podemos afirmar que não há sentido em implementar uma reforma agrária com a lógica capitalista, com um modelo que tem por objetivo apenas o lucro, sem nenhuma preocupação com a deterioração da natureza ou com o futuro da humanidade. Neste trabalho, como exemplo de outra economia possível, tratamos da Economia Popular e Solidária como meio de se promover um modelo de assentamento produtivo mais justo, preocupado com meio ambiente e com as gerações futuras, e com um processo organizativo próprio.

O MST é um movimento combativo à prática de produção hegemônica do agronegócio, defendendo a produção orgânica e agroecológica como matriz tecnológica de seus assentamentos, tendo a solidariedade como esteio da existência e das relações. De acordo com Souza (2018, p.65), “[...] o agronegócio é o modelo de agricultura de padrão capitalista e carrega consigo consequências destrutivas ao meio ambiente [...]”, sendo o modelo combatido pelos mais diversos movimentos sociais existentes no meio rural, os quais buscam potencializar alternativas econômicas que possibilitem uma distribuição de renda justa entre os trabalhadores e trabalhadoras.

Acreditamos que o tipo de desenvolvimento pensado e oferecido pela Economia Popular Solidária é capaz de construir uma reforma agrária mais qualificada, de caráter agroecológico, sem uso de agrotóxicos e que atenda a demanda por alimentos: um modelo que se contraponha ao pensamento da burguesia agrária brasileira. Diante de tal realidade, propomos uma indagação que nos fez articular o seguinte problema de pesquisa: em que pese sua luta pela reforma agrária, e na condição de um movimento político organizado,

que relação o acampamento Estrela Vive tem possibilitado entre a Economia Popular e Solidária e o Desenvolvimento Local solidário?

O objetivo deste trabalho é apontar elementos da organização política-educativa-socioeconômica do acampamento Estrela Vive, pertencente ao Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Feira de Santana - BA, que demonstrem relação com as teorias da Economia Popular Solidária e o Desenvolvimento Local Solidário. Na **Figura 1** a seguir encontra-se a entrada frontal do acampamento, sobre a margem de uma estrada vicinal do município de Feira de Santana.



Figura 1: Entrada do acampamento. Fonte: Elaboração do autor (2020)

Para dar conta dessa proposição, apresentamos os objetivos específicos: i) apresentação dos principais conceitos de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local Solidário; ii) análise da organização política do acampamento; iii) compreensão do modelo de produção agrícola dos acampados; iv) estudo das formas associativas do acampamento. Como percurso metodológico, utilizamos elementos da pesquisa-ação na perspectiva de Thiollent (2011), além das considerações sobre o materialismo histórico-dialético como postura/concepção ou modo de ver o mundo e método de apreensão da realidade na “[...] busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica” (FRIGOTTO, 2001, p. 73), cuja dinâmica nos deu as linhas gerais de abordagem.

Na construção deste trabalho, uma parte empírica nos colocou em contato com a realidade do acampamento Estrela Vive por meio de entrevista semiestruturada (em uma aproximação da enquete operária) e por meio de fichamento documental, além de observações sistemáticas daquele estrato social de trabalhadores em processo de organização. As entrevistas foram realizadas individualmente com cada uma das dez pessoas que participaram da pesquisa. Os dados foram coletados nas casas dos participantes da pesquisa, gravadas em áudio e, posteriormente, transformadas em relatório. Também desenvolvemos fichamentos baseados nos estudos dos documentos da associação dos acampados. A observação sistemática se deu no desenvolvimento de plano de trabalho da IEPS-UEFS durante todo o processo de pesquisa do mestrado.

É importante ressaltar que, conforme consta nas fichas de inscrição existentes no acampamento e geridas pela associação pertencente às famílias da comunidade, vivem no acampamento um total de 161 famílias, totalizando aproximadamente 700 pessoas. Com efeito, este artigo está estruturado em quatro seções, além da introdução e das considerações finais: 2 Compreendendo a Economia Popular e Solidária e o Desenvolvimento Local Solidário; 3 A Organização Política do Acampamento; 4 A Associação Comunitária Estrela Vive e 5 O Grupo Coletivo de Trabalho.

Tendo em vista a prática solidária, nada mais pertinente do que observar as experiências solidárias de um movimento social no que se refere ao cuidado com o outro e na relação de companheirismo para nos inspirarmos para a construção de um mundo mais justo e fraterno.

2. Compreendendo a economia popular e solidária e o desenvolvimento local solidário

Inicialmente, trataremos aqui dos conceitos que compõem o subtítulo para que possamos olhar para os dados levantados em campo pela pesquisa e identificar as relações existentes entre a teoria e a realidade do acampamento. No sentido de compreender o conceito de Economia Solidária, não podemos deixar de mencionar um dos principais autores a abordar o tema, cuja definição se fundamenta na crítica ao modo capitalista e suas contradições. Assim, nos indica Singer (2002a):

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual, e economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada (SINGER, 2002a, p. 10). Inferimos, a partir desse conceito, que para ser uma entidade de Economia Solidária (ES) não é necessário que a organização tenha objetivo de interesse comercial ou financeiro, haja vista que, nesse caso, é necessário que a entidade seja de uso coletivo, ou que a pessoa possa se enquadrar como Economia Solidária.

Como veremos no decorrer deste trabalho, o movimento social aqui apontado mantém uma estrutura organizativa que está bastante alinhada com a lógica da Economia Solidária, entretanto, nem por isso objetiva interesses econômicos e/ou financeiros, ainda que solidários. Ao conceituar o que seria a Economia Popular e Solidária, Lima (2017) nos diz algo relevante para a discussão desse tema:

não se atém apenas ao mercado, antes, preocupa-se com toda a sociedade, ao não aceitar depender da “mão invisível”, ou seja, do poder do mercado de se auto equilibrar entre oferta e demanda de trabalho, bens e serviços, demarcando a necessidade de algo planejado para todos (LIMA, 2017, p. 19).

Essa afirmação fortalece a nossa posição, pois reiteramos que o elemento organizativo de um movimento social como o MST, representado pelo acampamento Estrela Vive, foge à lógica de mercado capitalista e procura de forma coletiva, junto à sociedade, encontrar soluções para seu problema originário. Esse problema se configura como circunstâncias envolvendo a Reforma Agrária, cujo intuito é procurar satisfazer as necessidades humanas e não apenas “produzir por produzir” mercadores, para tornar as pessoas clientes. Dessa forma, não interessa um mundo de clientes, mas, antes de tudo, uma totalidade de pessoas e natureza de maneira integral. Nessa perspectiva, as Feiras, as Redes, a Sociedade que Sustenta Agricultura (CSA), os arranjos produtivos locais solidários, as relações de confiança locais, as cooperativas e as associações se não enfrentam o mercado como seria desejável, criam alternativas para não ficarem reféns dele.

Nesse sentido, a Economia Popular e Solidária (EPS) não é uma forma organizativa voltada somente para atender demandas econômicas ou apenas políticas públicas pontuais. Não é um movimento que tem como prioridade a comercialização: sua atuação é de cunho social, preocupada com um processo educativo e associativo de trabalho, com a qualidade de vida e com o envolvimento da sociedade como um todo. Mance (2005), ao explicar sobre a compreensão de Economia Solidária, afirma que: Quando consideramos a economia como um conjunto de relações sociais sob a perspectiva da colaboração solidária, pensamos primeiramente na melhor maneira de assegurar o bem-viver de todas as pessoas, trabalhando e consumindo de maneira colaborativa, gerindo responsabilmente os recursos naturais e compartilhando as riquezas produzidas socialmente de modo justo e ecologicamente sustentável (MANCE, 2005, p. 2).

O cuidado com o bem-viver, com ambiente e o compromisso com a produção de alimentos saudáveis, como pudemos observar ao longo do trabalho de pesquisa, são as principais preocupações levadas com muita seriedade pelos acampados, além de ser uma proposta política do MST enquanto movimento político-social. Não queremos dizer aqui que o MST em Feira de Santana não tenha qualquer vínculo ou compromisso com a venda ou comercialização de produtos agrícolas, e que não está atento a essas questões. O que estamos destacando é que há outras questões prioritárias que também não deixam de ter relação com a EPS e que estão consubstanciadas nos princípios e práticas desse movimento.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, constatamos que as estruturas ou tecnologias construídas pelas famílias, longe de serem capitalistas, apresentam vínculos profundos com a Economia Solidária. No intuito de esclarecer nossa posição, recorremos a Nascimento (2007), que afirma que: A Economia Popular e Solidária é construída coletivamente, através da participação dos integrantes em todos os processos decisórios, através do direito à democracia, liberdade e autogestão de cada um e do empreendimento. As iniciativas presentes nesses empreendimentos se tornam diferentes a alternativas com relação ao sistema vigente, pois mesmo em pequena escala, representam uma mudança social (NASCIMENTO, 2007, p. 273).

Podemos observar que esses são fatores importantes para caracterizar um empreendimento como de Economia Solidária. Assim, é necessário fugir do individualismo, ter uma relação coletiva com a sociedade e

também se afastar da perspectiva capitalista de lucro e de concentração de riquezas. Para que se caracterize como uma iniciativa de Economia Solidária, a presença dessas características é indispensável. Podemos afirmar que, apesar de não ser um movimento de Economia Solidária, o MST de Feira de Santana apresenta, em sua forma organizacional, elementos fundantes dessa economia. Toda a estrutura organizativa e social do MST em Feira de Santana tem como princípio a participação coletiva dos sujeitos. Obrigatoriamente, todas as decisões internas do acampamento devem ser apreciadas pelo conjunto das famílias acampadas, independentemente de o sujeito ter um cadastro para concorrer a um pedaço de terra: basta ser um integrante da comunidade acampada. Sem nenhuma dúvida, essa é a forma mais objetiva de se trazer para comunidade o desenvolvimento local. O que seria, então, o Desenvolvimento Local? De acordo com Lima (2017),

compreende-se o Desenvolvimento Local como um modelo socioeconômico que centraliza as preocupações sociais, ambientais, educacionais, culturais, políticas e econômicas a partir e sob o comando do homem enquanto sujeito orientador da sua existência (LIMA, 2017, p. 20).

Entendemos, assim, que esse desenvolvimento está presente no MST, uma vez que o movimento tem como principais objetivos a distribuição de terras para o homem e a mulher do campo e da cidade, a preservação e o cuidado do meio ambiente, elementos que apontam para as necessidades locais de desenvolvimento. No Relatório do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) de 2016, ao analisar as dimensões socioestruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), algumas formas organizativas desses empreendimentos foram mapeadas. No caso específico dos (EES) mapeados, são quatro as formas identificadas: “associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis” (IPEA, 2016, p. 21).

É muito importante expor os dados desse mapeamento, uma vez que ousamos inserir nesse rol, não como empreendimento, mas como uma estrutura organizativa política de representação, o modelo organizativo das famílias do acampamento Estrela Vive em Feira de Santana. Não utilizamos apenas a forma organizacional do acampamento para nossa análise; avaliamos outros elementos presentes no acampamento como fontes de nosso estudo na intenção de demonstrar que há diversos componentes que apontam sua relação com a Economia Popular e Solidária. A partir das discussões até aqui realizadas, os resultados da pesquisa no acampamento revelaram dados sobre a sua organização política, a associação que os representa, a produção de alimentos, o grupo coletivo de trabalho e sobre a escassez de água do acampamento.

3. A organização política do acampamento

O formato funcional do acampamento é parte da análise aqui proposta, por ser fruto da militância do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra que, nas proximidades das cidades, convocam as comunidades urbanas para se mobilizarem e lutarem pela terra. Depois de todo o processo de mobilização enfrentado nos bairros de Feira de Santana, as famílias que aceitaram participar da mobilização iniciaram um processo organizativo na construção do novo acampamento. Esse processo é uma característica que marca a organicidade do MST no Brasil. Chama a atenção o fato de que essa ação só é passível de ser realizada com a participação de muitas pessoas, ou seja, por natureza, o movimento só pode existir de forma coletiva, o que já é o suficiente para demonstração de solidariedade.

Faz-se o trabalho de base, aí chama um grupo, e aí vai, por exemplo, já tem gente no Campo do Gado, e aquele pessoal do Campo do Gado já informa para outra ali no Campo do Gado mesmo, aí já tem uma no George Américo, aí já informa o outro lado do George Américo, e assim sucessivamente. (Entrevistado E1)

No primeiro momento da ocupação, as famílias se reúnem em grupos de, no mínimo, 11 pessoas e no máximo 20 para a delimitação dos locais onde serão construídos seus barracos utilizando a lona preta que adquiriram. Cada grupo é chamado de núcleo de família, nome ao qual passaremos a fazer maior referência a partir de agora. A **Figura 2** representa o mapa de localização da Fazenda Mocó onde se localiza o acampamento Estrela Vive.

O núcleo de família é o espaço onde são tomadas todas as decisões que envolvam aquele grupo. Todos podem dar sugestões a respeito das questões que envolvem o acampamento, assim como expor suas preocupações, ideias e opiniões nas reuniões ordinárias, sustentado lugar de fala e construindo reflexões relevantes sobre suas visões de mundo. Eu estava no rio pescando, aí o senhor sabe que notícia boa corre longe? Aí disseram, a fazenda Mocó foi invadida, a gente estava com o barraco no rio. Aí a gente largou a barraca lá feita, que a gente deixava feita, arrumou a carroça e subiu, quando chegou aqui o pessoal estava no movimento dividindo cada um seu pedacinho, aí a gente pegou a da gente. (Entrevistada E2)

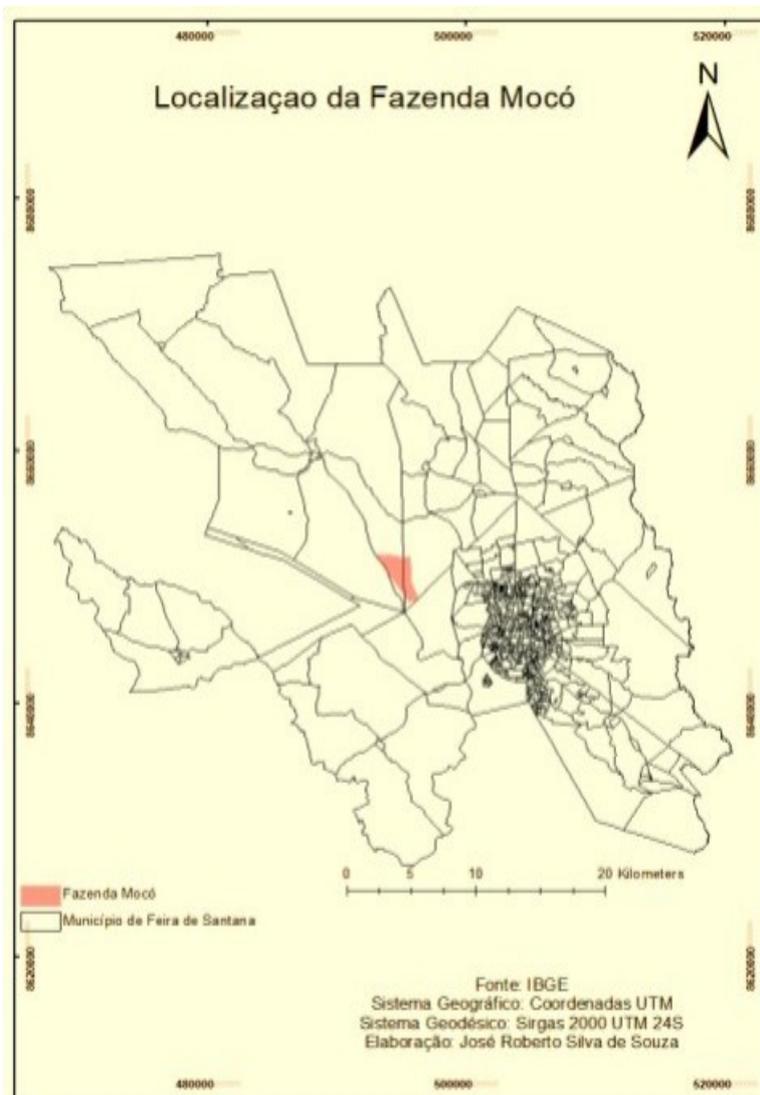


Figura 2: Localização da área de estudo. Fonte: Elaboração do autor (2020)

Essa quantidade de famílias agrupadas em um núcleo faz parte da base organizativa do acampamento. O núcleo de família é numerado e, no caso do acampamento Estrela Vive, existem 10 núcleos. Cada integrante do núcleo é eleito para ser o representante que realizará algum tipo de atividade comunitária em favor do núcleo de família a que pertence. Existem no acampamento, além da coordenação, 09 (nove) setores distintos. Em cada um dos 10 (dez) núcleos de famílias, há a representação dos nove setores além da coordenação. Os setores são: saúde, educação, juventude, gênero, disciplina, produção, comunicação, formação e trabalho.

Entendemos que esse método organizativo mantém consonância com as diretrizes da Economia Popular e Solidária, uma vez que possibilita o diálogo coletivo e a tomada de decisão em grupo, fugindo da lógica individualista onde um manda e os demais obedecem. Mas isso não para aqui. Conforme Lima (2016, p.8), “[...] a participação coletiva continua em outras dimensões da organicidade [...]”. Para cada um dos setores, devem ser eleitas até duas pessoas para representarem o núcleo de família no acampamento: obrigatoriamente devem ser um homem e uma mulher a assumir cada um dos setores, sendo vetada a eleição de dois homens ou duas mulheres. Caso não haja ambos os sexos para assumir, deve ser eleita apenas uma pessoa até que surja alguém de sexo oposto para ocupar o espaço. A **Figura 3** apresenta imagens da assembléia dos acampados, evento onde são tomadas decisões de forma coletiva.

A coordenação tem as mesmas características, um homem e uma mulher, mas, nesse caso, não pode haver apenas um só representante, é necessário que sempre haja um homem e uma mulher para representar a coordenação do núcleo dentro do acampamento. Essa configuração permite e amplia a participação feminina nas tomadas de decisões do acampamento, impedindo que apenas homens tomem as esferas representativas, consonante à determinação que estabelece 50% de mulheres e 50% de homens nessas instâncias. Todo mundo que está na comunidade tem uma tarefa, toda família tem uma tarefa para realizar. Uns vão contribuir

na produção, outros contribui na organização, na formação, na juventude, na questão de gênero, nos setores de comunicação temos hoje 10 setores, então, cada família é colocada em um setor. (Entrevistado E10)



Figura 3: Assembleia dos acampados. Fonte: Elaboração do autor (2020).

A fala do entrevistado mostra a organicidade do Movimento, bem como conhecimento da sua funcionalidade. Sendo assim, o acampamento utiliza para sua estrutura organizativa a seguinte quantidade de pessoas: 10 a 20 pessoas por setor e 20 pessoas na coordenação. Deve-se aqui calcular a quantidade de pessoas por setor, multiplicando esse valor por 9 (nove), tendo em vista que existem 9 (nove) setores em todo acampamento podendo, dessa forma, ter de 90 a 180 pessoas envolvidas nas representações dos setores no acampamento.

Adicionando a quantidade de 20 representantes da coordenação, temos assim entre 110 e 200 pessoas participando das atividades organizativas. Essas são as possibilidades de organização, considerando o número mínimo e máximo de pessoas que podem participar da atual estrutura orgânica. No entanto, na realidade do Estrela Vive, o número máximo não foi adotado, pois dentro do acampamento não existe, atualmente, nenhum núcleo de família que tenha em cada um dos setores dois representantes pelo fato de as famílias optarem por não dar tarefas organizativas a todos os integrantes dos núcleos, uma vez que devido às demandas econômicas das famílias, alguns precisam se ausentar por tempo indeterminado, o que os impede de preencher as duas vagas em cada setor.

Aí assim, cada núcleo de família é composto por 10 pessoas, aquelas 10 pessoas, cada um tem uma tarefa, tem um setor, aquele setor, digamos assim, se eu me inscrevi no setor de educação, agora não que não tem colégio, mas no tempo da escola aqui, funcionando a escola aqui dentro do colégio, eu vou ter participação naquela função entendeu, eu vou tá sempre ajudando, olhando as crianças, olhando a limpeza, se tá faltando uma água, uma coisa assim, tem que tá ajudando nisso. (Entrevistada E5) Os setores devem agir de acordo com as necessidades internas, ficando atentos às demandas que lhes cabem. O setor de educação, por exemplo, deve estar atento às questões que envolvem os estudantes do acampamento. Deve observar se há transporte para levá-los à escola, se existe algum jovem ou criança que não está frequentando as aulas e, então, promover ações que solucionem o problema.

A coordenação tem a função de representar seu núcleo nas reuniões, onde são discutidos diversos temas relacionados tanto à organicidade quanto a questões políticas e administrativas que envolvam o nome do acampamento. Esse grupo está legitimamente autorizado a representar o acampamento nas mais diversas atividades externas, como audiências com prefeitos, vereadores, deputados, governo, secretários da administração pública, entre outros. Além das relações com o poder público, a coordenação também é

responsável por realizar as relações públicas do acampamento com as mais diversas entidades representativas da sociedade civil e as múltiplas categorias de sindicatos que apoiam a reforma agrária.

Diante do exposto, observamos, na forma de organização do acampamento, semelhanças com os elementos apontados pelos teóricos da Economia Popular e Solidária como uma organização que privilegia a participação coletiva dos sujeitos, e que “[...] não se preocupa apenas com as questões econômicas desse processo, preocupando-se também com a questão gestonária, em especial, autogestionária” (LIMA, 2016, p. 10). Nesse sentido, conscientes de que a Economia Popular e Solidária privilegia métodos de organização que proporcionam a participação coletiva de seus integrantes, podemos afirmar, em certa medida, que o modelo de organização política do acampamento Estrela Vive mantém relações diretas com a Economia Popular e Solidária. O método organizativo do acampamento tem por natureza a afirmação da ação coletiva, o que possibilita indicar a solidariedade como elemento importante na ação cotidiana dos acampados.

4. A associação comunitária estrela vive

Essa é uma tipologia jurídica pertencente ao acampamento e tem suas instalações dentro da ocupação. Entendemos que a entidade também revela, em sua composição, elementos que estão ligados ao conceito de Economia Popular e Solidária aqui apresentados, que tem como principal interesse o Desenvolvimento Local Solidário. Por meio de análise documental do Estatuto da associação, levantamos dados e informações relevantes para esta pesquisa, uma vez que o fichamento documental fez parte de nossa metodologia, e se mostrou como fundamento que sustenta o tipo organizativo do Movimento. Além disso, este artigo tem o condão de mantê-lo vivo, registrando-o nesta publicação (**Figura 4**).



Figura 4: Logo da Associação. Fonte: ARCERV (2020).

As famílias sempre quiseram fundar uma associação que as representasse em seus mais diversos interesses econômicos, produtivos, culturais, formativos, etc. Somente no ano de 2018 foi possível alcançar essa meta, com a criação da Associação Rural Comunitária Estrela Vive (ARCEV). Corroborando com esses achados documentais, o entrevistado diz:

Fundada no final de 2018, a associação tem objetivo contribuir na organização da comunidade, mas só nas questões mais burocrática entendeu? Então a gente segue as diretrizes do movimento e Associação é mais na questão burocrática. (Entrevistado E10)

A ARCEV é uma sociedade civil de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, que tem sua sede no próprio acampamento. Segundo o Estatuto de sua fundação, ela foi criada com o objetivo de fortalecer a organização social, econômica, cultural e política dos seus filiados e filiações. Pode participar como associado qualquer pessoa que resida ou vier a residir no acampamento. Não há limites para quantidade máxima de associados, só não pode ser menos do que 12 pessoas, uma vez que é uma norma estabelecida pelo próprio Estatuto.

A pessoa que tiver interesse em se associar deve manifestar-se em Assembleia ou procurar a Direção Executiva da associação que, por sua vez, deve submeter o pedido à apreciação da Assembleia legalmente

convocada para a aprovação ou eventual recusa. Não é necessário que todos os membros da família se filiem, desde que morem na mesma residência do titular associado. Dessa forma, não é necessária a filiação de todos os integrantes da família, entretanto, se for do interesse de todos os componentes, a filiação total poderá ser efetivada.

A Direção Executiva, Conselho Fiscal e a Assembleia geral são órgãos ou instâncias de decisão administrativa da associação compostos apenas por integrantes do acampamento Estrela Vive. Não é permitida a associação ou participação de pessoas externas à comunidade. O Estatuto da associação ainda estabelece algumas finalidades para as quais foi criada essa pessoa jurídica. Os propósitos se relacionam muito com a realidade dos acampados. O Estatuto Social da associação prevê cuidados com meio ambiente. A pesquisa detectou que não há utilização de agrotóxicos insumos químicos na produção das famílias. Essa postura está entre os fins perseguidos pela associação, uma vez que tem como alvo a defesa, a preservação, a conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

O que a gente planta é feijão, milho, batata, aipim, andu, caju, laranja, caxixe, melancia, pé de Umbu, cajá, seriguela, aqui no meu quintal tem também, couve pimenta, de tudo, abóbora. A produção é orgânica, sem veneno. (Entrevistada E9) Ainda examinando os regulamentos, pudemos ver que essa preocupação com o meio ambiente é ampliada, visando a qualificação dos agricultores, uma vez que são realizados cursos de capacitação e formação dos filiados. Há também a intenção de promover uma assessoria por profissionais como agrônomos e engenheiros no processo de captação de água para que as famílias possam ter um maior desempenho na produção.

A associação ainda tem em suas finalidades representar o acampamento diante dos poderes públicos de qualquer esfera, seja municipal, estadual ou federal, podendo reivindicar ações que viabilizem a produção dos associados e isso, observamos, vem sendo feito. Essas finalidades da associação foram propostas e apreciadas na primeira Assembleia da entidade, evento registrado na Ata de fundação e, conforme consta, foi realizado na sede da associação localizada dentro do acampamento, onde, por unanimidade, foi aprovado todo o Estatuto da sociedade. Estavam presentes na Assembleia 70 pessoas, equivalente a 76% dos filiados, número bastante representativo em se tratando de uma plenária organicamente qualificada.

Dando continuidade à nossa investigação documental sobre o regimento da agremiação aqui analisada, existem ainda, na estrutura formal, algumas garantias de direitos a seus membros, como o de participar das discussões abordadas nos eventos realizados nas Assembleias e reuniões convocadas. O filiado ainda poderá solicitar aos órgãos administrativos informações sobre atividades da ARCEV, podendo consultar todos os livros e documentos da Associação, desde que requeridos com antecedência. O associado tem direito de participar de todas as atividades e poderá gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos a seus filiados. A pessoa ainda pode se desligar quando lhe convier, de acordo com as normas estabelecidas no Estatuto.

O integrante da organização dispõe de alguns deveres intrínsecos a seu atributo de filiação, como participar de todas as reuniões convocadas, respeitar os compromissos assumidos pela associação, zelar pelo bom funcionamento e conservação do patrimônio e incentivar todas as formas de cooperação entre os grupos. Outra condição imposta ao componente associado é que ele deve ser um defensor da Reforma Agrária e da agroecologia como meio para produção de alimentos naquela comunidade local. A ARCEV possui alguns órgãos administrativos que fazem parte de sua estrutura organizativa de representação. São eles: a Assembleia Geral, a Direção Executiva e o Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é composta por todos os associados; a Direção Executiva é formada por 4 pessoas: Presidente (a), Vice-Presidente (a), Secretário (a) e Tesoureiro (a); além desses, três pessoas representam o Conselho Fiscal.

As Eleições ocorrem a cada 03 (três) anos, quando há troca de mandato decidido em Assembleia Eleitoral que deve ser realizada no mínimo 30 dias antes de do término da gestão vigente. Nesse caso, uma comissão eleitoral é formada para esse fim. Na relação de sócios da ARCEV consta uma quantidade de 92 pessoas filiadas. Essa lista traz, em primeiro lugar, os nomes dos que se associaram no dia em que foi fundada e, em segundo, os novos filiados, aqueles que se associaram posteriormente.

No que se refere às características da associação, os elementos aqui apresentados, surgidos no decorrer da pesquisa, se revelaram muito importantes para nosso trabalho, uma vez que fica clara a relação da associação com a comunidade que a compõe, deixando evidente os vínculos com a Economia Popular e Solidária. Tendo em vista que as associações são uma das principais formas de pessoa jurídica mais utilizadas pelos empreendimentos de Economia Solidária – 74,2% no Nordeste, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2016), apresentaremos como está organizada a associação para reafirmar a posição que defendemos neste trabalho.

4.1. Produção e comercialização agrícola dos acampados

Uma vez que a Economia Popular Solidária propõe uma matriz tecnológica, um modelo de produção e do trabalho diferenciados do que é proposto pelo capitalismo, importa agora apresentar como as famílias acampadas produzem na terra, reforçando suas relações com a Economia Popular e Solidária. Para se manterem no acampamento, todos usam um meio de trabalhar com a terra, de onde retiram seu sustento: plantam lavouras, pomares e criam animais para resistirem e permanecerem na terra ocupada.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, listamos algumas espécies de alimentos cultivados pelos acampados. Existe uma quantidade abundante de variedades de plantas que servem tanto para alimentação quanto para comercialização. Plantam grãos como milho, feijão carioca e andu; hortaliças como alface, couve, coentro e cebolinha verde; algumas espécies de frutas como umbu, laranja, banana, cajá, caju, manga, tamarindo, côco, melancia e seriguela; plantas de raízes tuberosas como aipim, batata doce e legumes como tomate, abóbora, maxixe e caxixe, apresentadas na **Figura 5**.



Figura 5: Produção de alimentos. Fonte: Elaboração do autor (2020).

Há também a criação de animais como gado bovino, ovelhas, cabras, porcos, galinhas, cavalos, jumentos e burros criados com interesse comercial, para o consumo próprio familiar e também para utilização no trabalho. Costumam utilizar o cavalo, o burro e o jumento para transporte de água, para carregar as compras da cidade até o acampamento e para execução do trabalho na roça, como arar a terra, transportar a produção, além de servir para transportar pessoas. Esse conjunto de atividades simples de baixo custo presente naturalmente no acampamento compõe saberes e fazeres que delineiam a principal tecnologia presente na Economia Popular e Solidária, qual seja, a tecnologia social (RIOS e LIMA, 2019).

A análise nos mostrou que esses são elementos inerentes à vida econômica das famílias, uma vez que elas se sustentam com suas atividades agrícolas, garantindo, através da produção de alimentos e da criação de animais, sua permanência naquele espaço. A pesquisa observou não só aquilo que é produzido, mas também a forma como se maneja a terra para que esta produza seus frutos. É notável que há uma preferência por se produzir sem a utilização de agrotóxicos ou de adubos químicos. Todos negaram o emprego desses tipos de insumos em suas lavouras:

A gente não usa porque ali é um veneno, porque quando se bota um produto numa roça, aquele produto envenena tudo, quando você chega aqui e pega um pé de milho daquele, com produto, ele nunca tem o jeito

que é aquele ali, tá entendendo? Porque ali ele tá com a saúde do tempo, não tem remédio nenhum nele. (Entrevistado E6)

A maneira como foi pensada e desenhada a área da fazenda teve o objetivo de que cada uma das famílias acampadas ocupasse um espaço específico e ali pudessem trabalhar na produção de alimentos e na criação de animais. Assim que a ocupação do território foi efetivada, cada família decidiu pela melhor forma de aproveitamento do espaço como na plantação vista na **Figura 6** apresentada e criação de animais. Elas optaram coletivamente em repartir a área e distribuir para aqueles que produzi riam apenas alimentos uma área de terra medindo 50m x 100m (cinquenta metros por 100 metros) de comprimento, ou seja, por volta de 5.000m² (cinco mil metros quadrados).



Figura 6: Produção de alimentos Fonte: Elaboração do autor (2020).

Para os que planejavam criar animais, a medida distribuída foi de 50m x 150m (cinquenta metros por cento e cinquenta metros), o que resulta em 7.500m² (sete mil e quinhentos metros quadrados), não restando dúvidas de que estes receberam uma quantia maior de terras.

Eu crio galinha, crio minhas ovelhas, tem uma mula de carroça que é para eu ganhar meu pão também quando eu acho uma viagem ou aqui ou na rua eu vou ganhar meu pão, e bota dentro de casa, minha família. Eles criam gado, cavalo, eles tudo criam aí, criam porco. (Entrevistado, E6).

Pudemos perceber que há dois grandes espaços dentro da fazenda: um destinado à plantação de lavouras e outro à criação de animais de pequeno, médio e grande portes. A propriedade possui estruturas que se adequam a esse tipo de manejo de animais, como currais e apriscos.

Não, algumas pessoas que tem animal, que cria animal, já pegaram mais, um pedacinho a mais, mais de sete tarefas para completar 10 tarefas, até mesmo pela criação dos animais né, o manejo dos animais que fica ruim se ele ficar aqui junto com a gente, não tem nem como produzir, porque o animal a gente sabe que ele entra na plantação né, e prejudica a gente. (Entrevistada E5).

Ao serem questionados sobre aplicação de agrotóxicos no plantio, os acampados foram unânimes em dizer que a produção é “natural, sem veneno”, ou “sem adubo químico”. Optam por tratar a plantação com meios menos agressivos, adubando as plantas com elementos orgânicos tirados da natureza. Os entrevistados entendem que essa forma de produzir é considerada orgânica, pois não há utilização de agrotóxicos e/ou de adubos químicos. Acreditam, ainda, que a utilização desses produtos químicos é prejudicial à saúde e, por isso, optam por produzir de forma mais saudável. Todos consideram que o solo responde bem ao plantio. Com o solo rico em adubos naturais, as plantas crescem viçosas, sem a necessidade de aplicação de adubos industriais, o que contribui ainda mais para uma produção orgânica. Quando percebem que há necessidade de adubação, porque a planta deu sinais em seu desenvolvimento, são utilizados esterco de animais como fertilizante natural.

É, a terra é forte, até porque não foi muito explorada né, só pelo tempo que nós estamos aqui, então, se você chegar aí na frente da minha casa, ele chegar aí agora mandar seu Osvaldo arrancar um pé de aipim, aquele dia foi um pé de aipim, tu viu, enorme, não tem agrotóxico e nem tem 10/10, e nada. (Entrevistado E1)

Os acampados, conforme apontou a pesquisa, têm diversas formas de comercialização da produção. Dentre as maneiras como comercializam, temos aquelas de cunho individual, em que cada família vende separadamente suas mercadorias, e formas mais coletivas de vender a produção em feiras e/ou eventos. A **Figura 7** é um demonstrativo da produção comercializada pelas famílias.



Figura 7: Criação de animais. Fonte: Elaboração do autor (2020).

Dentre os meios individuais de venda, temos aquele onde consumidores do município de Feira de Santana vão até ao acampamento procurar quem tem algum tipo de produto para venda, ou seja, o comprador vai até a casa das famílias acampadas para adquirir o produto que lhes interessa diretamente da roça.

A gente vende aqui mesmo, quando o pessoal da rua sabe que a gente tem aqui um feijão, abóbora, um milho, uma coisa, o pessoal vem comprar na porta, o aipim, a gente vende aqui mesmo na porta. Eles querem comprar a roça fechada, a gente não tem condições de vender assim, porque a gente também tem os animais da gente né. (Entrevistada E5)

Outra forma utilizada é quando o produtor leva os produtos para as ruas e praças do município, nos bairros mais próximos do acampamento, em lugares onde há trânsito maior de pessoas para assim oferecer as mercadorias para os transeuntes. Corroborando a articulação temática, neste acampamento acontece o que Lima (2022) chama de Economia Popular e Solidária de venda direta ou circuito curto de comercialização. Há ainda aqueles que procuram o Centro de Abastecimento de Feira de Santana para vender sua produção a terceiros. Outros produtores entregam suas mercadorias em quitandas e pequenos mercados nos bairros, negociando entregas regulares semanalmente. Há aqueles que têm familiares na cidade que se comprometem com a venda; eles vendem para os vizinhos, no trabalho, dentre outras alternativas na perspectiva das práticas inerentes ao desenvolvimento local.

Além dessas formas de comercializar e escoar a produção, existe a comercialização interna com os acampados vendendo para os acampados. Tendo em vista que há uma grande diversidade de produção de alimentos, e que cada um produz lavouras diferentes, ou seja, nem todo mundo produz as mesmas coisas, os acampados realizam muitas vezes compra daquilo que não plantaram no seu terreno ou, às vezes, efetuam trocas de produtos.

A gente vende aqui mesmo, o pessoal vem da rua, aí vão passando vão vendo, e para e compra, aí depois já atrás outras pessoas e aí vem muita gente comprar aqui. Agora vem mais mesmo é no São João. (Entrevistado E9)

Sobre as formas coletivas, o MST, anualmente, realiza alguns encontros de natureza estadual e nacional. Esses eventos exigem um esforço em busca de transporte para locomoção dos produtores e infraestrutura para montagem das feiras que, geralmente, ocorrem na capital ou no Estado de São Paulo. Os acampados do Estrela Vive discutem a possibilidade de criar uma feira permanente no município de Feira de Santana ou até mesmo de participar das feiras existentes no próprio município das quais os interessados em comercializar seus produtos poderiam participar. Entretanto, já existe um diálogo com a UEFS para possível participação na Feira de Saberes e Sabores, Projeto desenvolvido pela IEPS-UEFS realizado dentro do *campus* universitário.

Um fator que alavanca muito as vendas dentro do acampamento para consumidores que vêm da cidade são as datas comemorativas como Santo Antônio, São João, São Pedro e outros períodos festivos que fazem aumentar a busca por milho verde, o que demanda também a venda de outros produtos. Temos, ainda, aqueles que não comercializam os produtos de sua lavoura, cultivam apenas como fonte de alimentação para toda a família, distribuindo entre filhos, netos e outros entes queridos. Eles não têm interesse em vender: reforçam, assim, uma característica fundamental de uma outra economia: a solidariedade. Trata-se do que Lima (2022) caracterizou como uma produção para manutenção da existência.

Os entrevistados apontaram como uma das dificuldades encontradas para a comercialização dos produtos a falta de transporte, uma vez que a grande maioria não possui nenhum tipo de veículo, seja ele automotor ou de força animal. Em muitos casos, perdem a produção, principalmente quem planta hortaliças, uma vez que perecem em um tempo muito curto, tornando-se inapropriadas para consumo. Quase toda alimentação direcionada para venda na cidade é transportada por veículos como motos, bicicletas, carroças ou no lombo de animais, o que dificulta o transporte de porções maiores para serem comercializadas, demandando, assim, muito esforço na locomoção.

4.2. A escassez de água no acampamento

Inserimos essa questão no trabalho de pesquisa por se tratar de um tema muito importante para as famílias que vivem no acampamento, e que foi bastante destacada nas entrevistas semiestruturadas. Feira de Santana faz parte da região semiárida, e tem sérios problemas com o abastecimento de água, o que nos chama a atenção para as ações que são realizadas no acampamento para resolver esse infortúnio. Nesse sentido, destacamos a solidariedade como ponto fundamental de resistência e permanência no acampamento. Santos, Martins e Santos (2018, p.12) afirmam que “[...] Feira de Santana apresenta um déficit hídrico de 711mm, sem excedente hídrico [...]”, ou seja, há uma evaporação de água na mesma medida dos milímetros de água disponibilizadas pelas chuvas. Os autores apresentam um gráfico com o balanço hídrico de 20 anos no município (**Figura 8**).

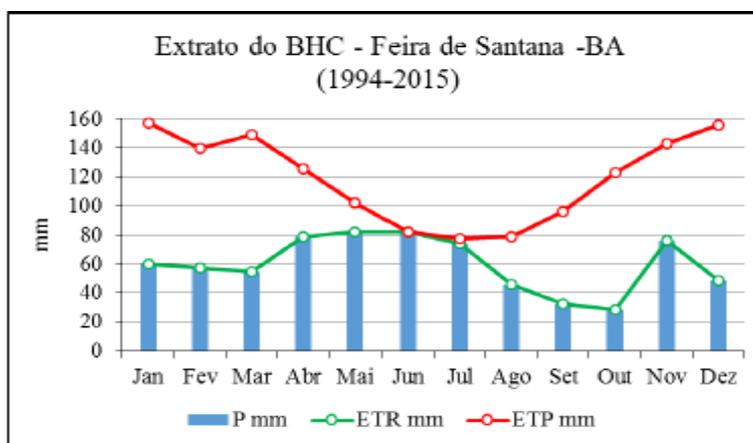


Figura 8: Variação dos dados mensais meteorológicos de precipitação (P), evapotranspiração potencial (ETP) e evapotranspiração real (ETR) em Feira de Santana-BA (1994-2015). Fonte: Santos, Martins e Santos, 2018.

O gráfico acima apresenta uma Variação dos dados mensais meteorológicos de precipitação (P), evapotranspiração potencial (ETP) e Evapotranspiração real (ETR) em Feira de Santana. O município é caracterizado por uma alta evapotranspiração, influenciada diretamente pelas temperaturas altas da região. De acordo com Santos, Martins e Santos (2018), evapotranspiração coincide com a quantia de pluviosidade, ou seja, a quantidade de entrada de água no sistema, é igual quantidade de água que sai dele. Nesse sentido, a

escassez de água no acampamento é, em primeiro lugar, um fenômeno da natureza, não sendo essa uma justificativa para o não abastecimento de água por outros meios e formas. Tendo em vista essa constatação, observamos as soluções criadas pelos acampados para driblar o não abastecimento e ter água à disposição, uma vez que o recurso é necessário para o consumo próprio, para plantação e para criação de animais. Descobrimos, assim, mais uma ação solidária na comunidade:

A situação de água aqui é assim, na época da chuva os tanques enchem, os reservatórios e tal, e daí a gente tem água pelo um bom tempo, tanto para os animais, como para lavar uma roupa. Tá entendendo? tanto para botar na plantação de tomate, na plantação de coentro. (Entrevistado E1)

No verão, com a vinda das chuvas, as famílias preparam os telhados das casas e dos barracos que moram para recolher água em reservatórios, como caixas d'água de 500 a 1000 litros e vasos de plástico com capacidade de 1 a 2 litros. Dessa forma, captam toda água que forem capazes de armazenar. A água recolhida das chuvas por meio dos telhados é utilizada para serviços domésticos e higienização, como lavagem de louças, roupas e banho. É utilizada também para os animais domésticos e, após tomados os devidos cuidados de purificação (filtrar, ferver), estocam a água para consumo humano.

As chuvas também alagam os mais de 20 açudes existentes na fazenda. Neles os animais bebem toda água de que necessitam enquanto ali houver. Desses açudes, também se retira água para irrigar plantas durante o período da seca. Acabando a água dessas fontes, as famílias se socorrem no Rio Jacuípe, que fica nas extremidades da fazenda, transportando a água por meio de veículos automotores ou com animais e carroça. Na **Figura 9** podemos observar o meio de captação de água utilizado pelas famílias.



Figura 9: Água recolhida das chuvas. Fonte: Elaboração do autor (2020).

Com o fim das chuvas, os reservatórios que foram abastecidos vão sendo esvaziados gradativamente, até haver a necessidade de comprar ou trazer gratuitamente água da cidade, onde grande parte dos acampados têm familiares e até mesmo residências que as socorrem com a água encanada.

[...] algumas pessoas pega as água, ferve e filtra né, e usa, eu mesmo nunca usei não, mas aqui muita gente faz isso, muita gente aqui faz isso, tem gente que usa até do jeito que tá, mas a gente sempre aconselha, já que quer usar, sirva, pelo menos acho que vai colocar na geladeira filtra, e usa, mas, aí a água é meio escasso, a dificuldade maior daqui é água. (Entrevistado E1).

Outra alternativa para aquisição de água é quando as famílias, de forma solidária, reúnem aqueles que podem contribuir financeiramente e compram um (ou quantos forem necessários) tanque de água de caminhão-pipa. Geralmente, são dois caminhões que distribuem a água para todo acampamento durante os longos períodos de estiagem. Há, junto ao atual governo do estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues (2023-2027), uma pauta de reivindicação das famílias, solicitando a instalação de rede de água na comunidade, por meio da empresa pública competente para realizar tal instalação. A reivindicação referida, segundo algumas

informações levantadas junto ao órgão responsável, já está sendo encaminhada pelo governo, e em breve ocorrerá a instalação da rede de água.

Felizmente, devido a esse espírito de solidariedade comunitária, ninguém passa sede ou sofre as mazelas que a falta de água pode trazer. Essa é uma tarefa realizada sempre pela associação que organiza a arrecadação dos recursos para compra coletiva de água e, às vezes, a adquire com recursos próprios.

5. O grupo coletivo de trabalho

Para além de se organizarem juridicamente por meio da ARCEV, os acampados realizam alguns trabalhos de forma coletiva, em mutirão. São tarefas de diversas naturezas, onde todos são convocados para juntos realizarem a ação necessária. Antes, é importante dizer que a implementação de propostas e práticas de cooperação dentro dos acampamentos e assentamentos está na base da política do MST, e é vista como um princípio que deve ser perseguido, almejando o fortalecimento da organização. A fazenda ocupada tem 582 hectares, e como visto, uma extensa estrutura que necessita de cuidados para não se manter sempre limpa e não se deteriorar, pois para além do zelo que deve ser dispensado aos bens ali fiados, as famílias têm ciência de que se trata de um patrimônio público pertencente à sociedade como um todo. Só isso já justificaria a existência de um grupo coletivo de trabalho, no entanto, sua existência não é dedicada exclusivamente para isso. A **Figura 10** apresenta o grupo coletivo em ação, realizando tarefas diversas.



Figura 10: Trabalho coletivo. Fonte: Elaboração do autor (2020).

Dentre as tarefas realizadas pelo mutirão, há a construção das casas daqueles que estão adquirindo materiais para esse fim. Os materiais são transportados nas mãos até o local onde será construída a casa, uma vez que ainda não há estradas para trânsito de veículos. Também há os serviços de manutenção da estrada que dá acesso ao acampamento em virtude das deteriorações ocasionadas pelas chuvas, árvores que caem ou que precisam ser podadas à beira da estrada. O coletivo ainda se reúne para executar a limpeza das estruturas físicas fixadas na área, como as casas, os currais, o aprisco, os tanques que reservam água da chuva espalhados pela fazenda, além de cercas que caíram ou estão sendo construídas pelos moradores nos lotes. Esse trabalho coletivo também é utilizado para plantar as roças com o objetivo de arrecadar recursos para ARCEV.

Nas entrevistas, percebemos a importância do coletivo, principalmente quando se trata da arrecadação de recursos através da venda dos produtos produzidos coletivamente na roça. A arrecadação é utilizada para atender às necessidades dos membros da comunidade, como compra de remédios, passagens e alimentos quando se identifica que alguém da comunidade está passando por dificuldades financeiras. Esse recurso também é utilizado em atividades realizadas pelo MST, desde que o acampamento se organize para aplicar em pagamento de transportes ou combustível, e/ou na compra de alimentos que não são produzidos por eles. A **Figura 11** a seguir é fruto de um trabalho realizado coletivamente no acampamento, as famílias se organizaram para levantar dados pra edicação do croqui.

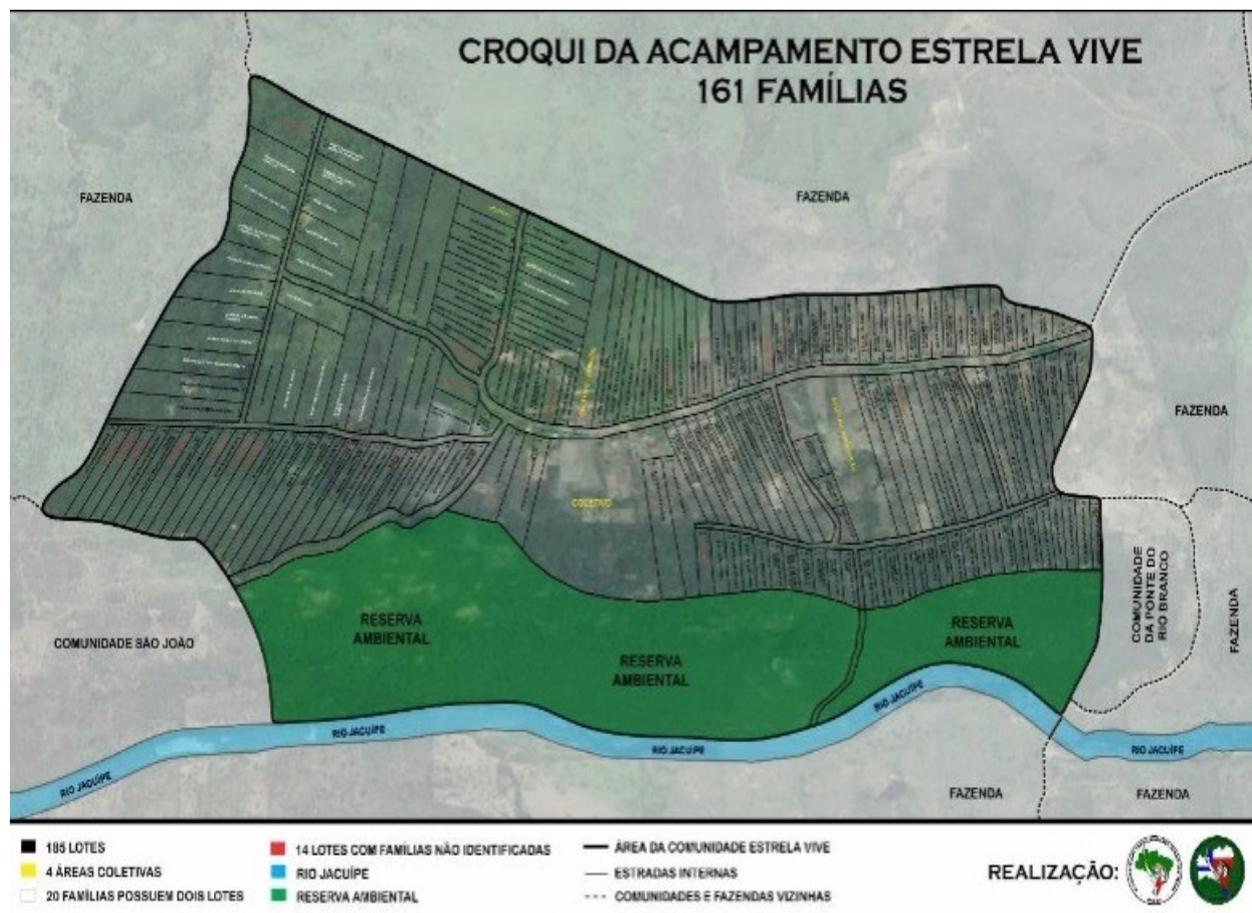


Figura 11: Croqui acampamento Estrela Vive. Fonte: Elaboração de Gilvan Nascimento Oliveira (2021).

O acampamento está dividido em 185 lotes, com 161 famílias. São ainda 4 lotes coletivos: I. lote onde está situado uma antiga escola e espaço de morada, e que hoje serve de sede para a ARCEV; II. lote onde concentra a antiga estrutura da fazenda, como: 5 casas, 2 currais, 1 alojamento com refeitório e 1 aprisco para criação de galinha; III. lote onde está localizado 1 aprisco para criação de ovinos e caprinos; e, IV. lote vazio, sem nenhuma destinação. O coletivo se reúne todas as terças-feiras seguindo um calendário permanente e de conhecimento de todos. Não resta dúvida de que um sistema que valoriza a participação coletiva, o cuidado com a vida em suas mais diversas espécies, e o cuidado com a terra só pode estar alinhado com a solidariedade, na contramão do individualismo e da competitividade, elementos centrais estimuladores do modo de produção capitalista.

6. Considerações finais

O MST propõe uma reforma agrária que foge dos moldes capitalistas, entretanto, precisa adotar um modelo de economia que possibilite a distribuição de renda e de riqueza, que didaticamente envolva a participação coletiva das pessoas, que culturalmente produza alimentos saudáveis, e que cuide da vida da saúde de todos. Ou seja, que se preocupe com as diversas dimensões da vida, conforme se infere como elementos de base da Economia Popular e Solidária. A Reforma Agrária ou a política de assentamentos desenvolvida no Brasil é o meio pelo qual o Estado distribui terras atualmente. Ela está positivada em nosso ordenamento jurídico, autorizando o Estado a realizá-la. A Economia Popular e Solidária deve ser uma parceira efetiva dessa reforma agrária, haja vista que sua proposta de desenvolvimento tem relações profundas com as ações desenvolvidas pelo MST no acampamento Estrela Vive, em Feira de Santana e, com certeza, em muitos outros acampamentos e assentamentos de reforma agrária conquistados pelo movimento.

O acampamento tem em sua estrutura organizativa diversos elementos que refletem a Economia Popular e Solidária, tais como a organização política, a associação, o grupo coletivo, e uma dinâmica clara de Desenvolvimento Local Solidário, como demonstramos no decorrer deste trabalho. As famílias acampadas, metodologicamente, se apropriaram da terra organizando-se de forma a garantir a permanência delas sobre aquele bem, a terra, criando representações para que suas decisões sejam assumidas por todos. A

organicidade proporciona e facilita um diálogo coletivo no qual todos os membros da comunidade podem e devem opinar sobre as ações do acampamento.

O formato como produzem revela a preocupação e o cuidado necessários para com o meio ambiente e para com a saúde humana, uma vez que são conscientes de que a produção orgânica de alimentos é a alternativa mais saudável para todos.

O trabalho coletivo demonstra uma forma de construção de um espaço onde a solidariedade entre as famílias prevalece. Inferimos a objetividade na busca de valorização da relação comunitária, característica fundamental das ocupações do MST e de muitas comunidades rurais, sendo assim elementos efetivos presentes naquele território. Com efeito, percebe-se uma relação dialógica entre o processo de construção em que se constitui a reforma agrária e como se articula com os elementos característicos da Economia popular e Solidária, tais como o associativismo, o cooperativismo e as relações solidárias, cuja perspectiva de desenvolvimento trata do desenvolvimento individual, coletivo, comunitário, ou seja, do Desenvolvimento Local Solidário.

Notas

Este artigo é parte da pesquisa de mestrado desenvolvida na Universidade Estadual de Feira de Santana pelo primeiro autor, submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa.

Referências

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 69-90.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) **Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília: Editora IPEA, 2016.

LIMA, J. R. O. Economia popular e solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela comunidade organizada. In: JORDI, Estivill; BALSÀ, Casimiro. **Economia local, comunitária e solidária: O desenvolvimento visto de baixo**. Lisboa: Edições Húmus, 2022, p. 131-158.

LIMA, J. R. O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra economia**, São Leopoldo, v. 10, n 18, p. 1-16, jan./jun. 2016.

LIMA, J. R. O. **Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: Uma relação estratégica**. Novas Edições Acadêmicas: Salvador, 2017.

MANCE, E. A.. (2005) **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Disponível em: http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redde_de_Colaboracao_Solidaria.pdf. Acesso em: 11 abr.2022

NASCIMENTO, A. F. Economia Popular Solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do Serviço Social. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6 n. 2 p. 264-281. jul./dez. 2007.

OXFAM INTERNATIONAL. (2021). **O vírus da desigualdade**. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf?utm_campaign=davos_2021_-_pre_lancamento%26utm_medium=email%26utm_source=RD+Station . Acesso em: 03 mai. 2023.

RIOS, D. M. S. LIMA, J. R. O. Desenvolvimento Local Endógeno: Reflexões a partir das tecnologias com foco na tecnologia social. **Revista Ambivalências**, São Cristóvão, v.7, n.14, p. 125-142, Jul-Dez/2019.

SANTOS, R. A. MARTINS, D. L. SANTOS, R. L. Balanço Hídrico e Classificação Climática de Köppen e Thornthwaite no Município de Feira de Santana (BA). **GeoUerj**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 1-17, jul/dez. 2018.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, p. 4-37.

SOUZA, J. R. S. Crítica para uma estrutura agrícola juridicamente apropriada: um estudo no assentamento Salete Strozak no município de São José do Povo – MT. In: DIEHL, D. A. CARVALHO, E. PAZELLO, R. P. (Org.). **A luta pela terra, água, florestas e o Direito**. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2018, p. 57-80.

THIOLLENT, M.. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.



BY



NC



SA

Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual* (CC BY-NC-SA).